

1º Pedido de Pagamento à Comissão Europeia

5 de abril de 2022

RECUPERAR
PORTUGAL



| Agenda



1. **Visão Geral**
2. **Auditoria e Controlo**
3. **PRR Implementação - Ponto de Situação**
4. **1º Pedido de pagamento**

| Agenda



- 1. Visão Geral**
2. Auditoria e Controlo
3. PRR Implementação - Ponto de Situação
4. 1º Pedido de pagamento

PRR Visão Geral

RESILIÊNCIA

- C1. Serviço Nacional de Saúde
- C2. Habitação
- C3. Respostas Sociais
- C4. Cultura
- C5. Capitalização e Inovação Empresarial
- C6. Qualificações e Competências
- C7. Infraestruturas
- C8. Florestas
- C9. Gestão Hídrica

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

- C10. Mar
- C11. Descarbonização da Indústria
- C12. Bioeconomia Sustentável
- C13. Eficiência Energética em Edifícios
- C14. Hidrogénio e Renováveis
- C15. Mobilidade Sustentável

TRANSIÇÃO DIGITAL

- C16. Empresas 4.0
- C17. Qualidade e Sustent. Finanças Públicas
- C18. Justiça Económica e Amb. Negócios
- C19. Administração Pública Mais Eficiente
- C20. Escola Digital

2.700 M€
Empréstimos



13.944 M€
Subvenções



3 Dimensões
Estruturantes



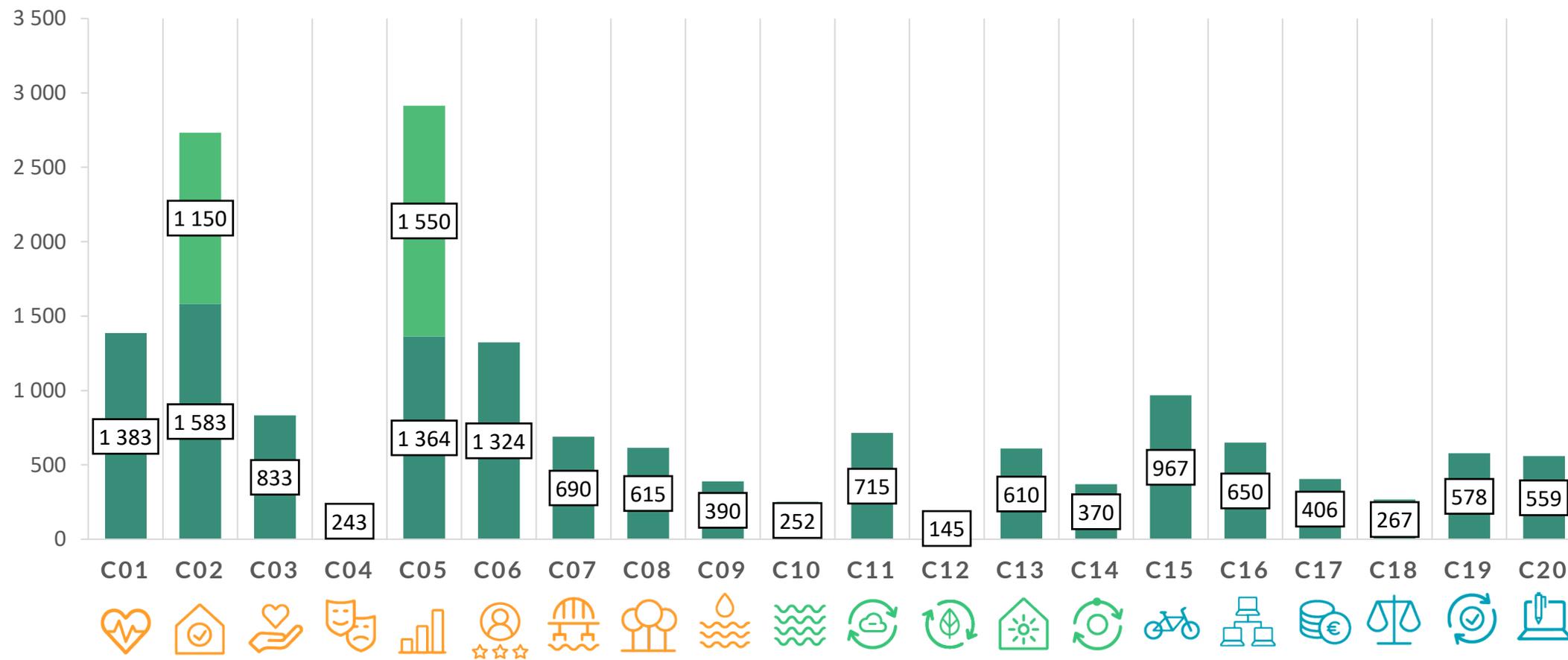
20
Componentes

115 Medidas
=
32 Reformas
+
83 Investimentos

341 Marcos e
Metas

20 Componentes

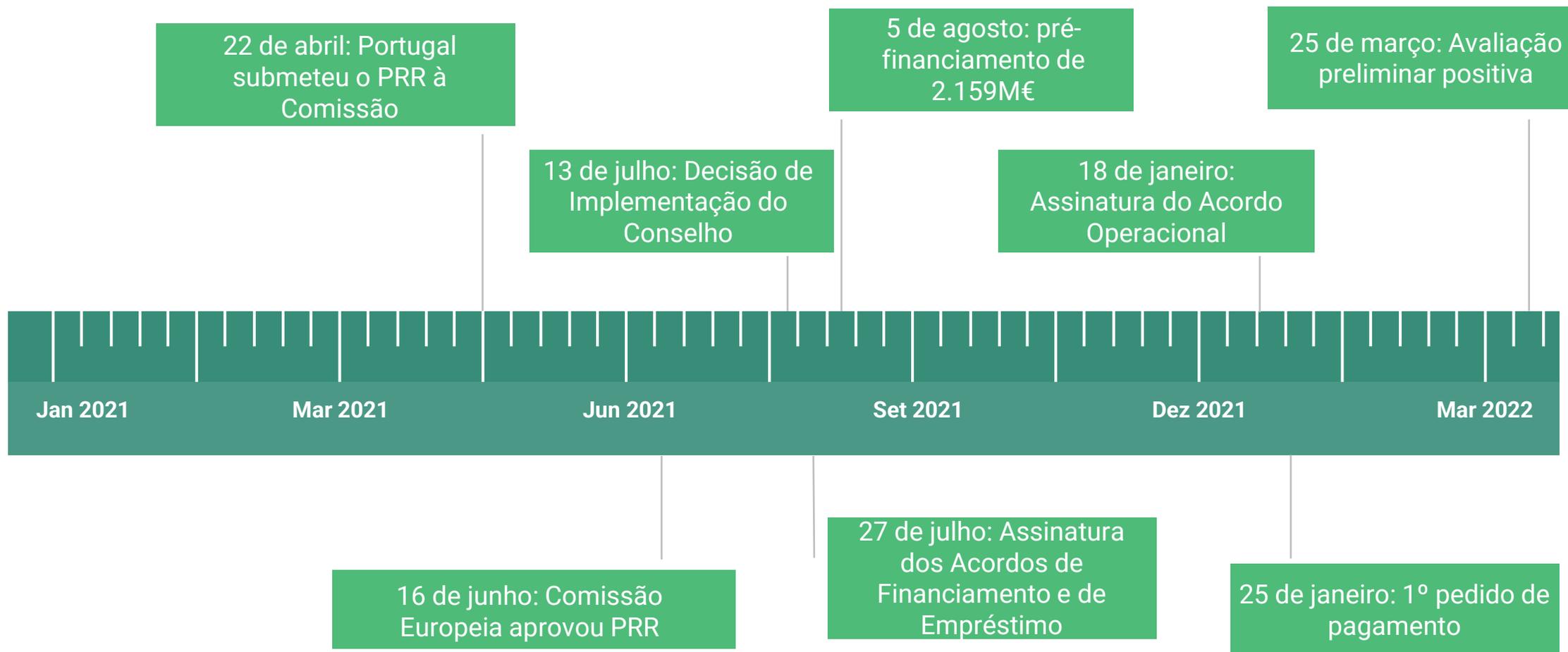
■ Subvenções ■ Empréstimos



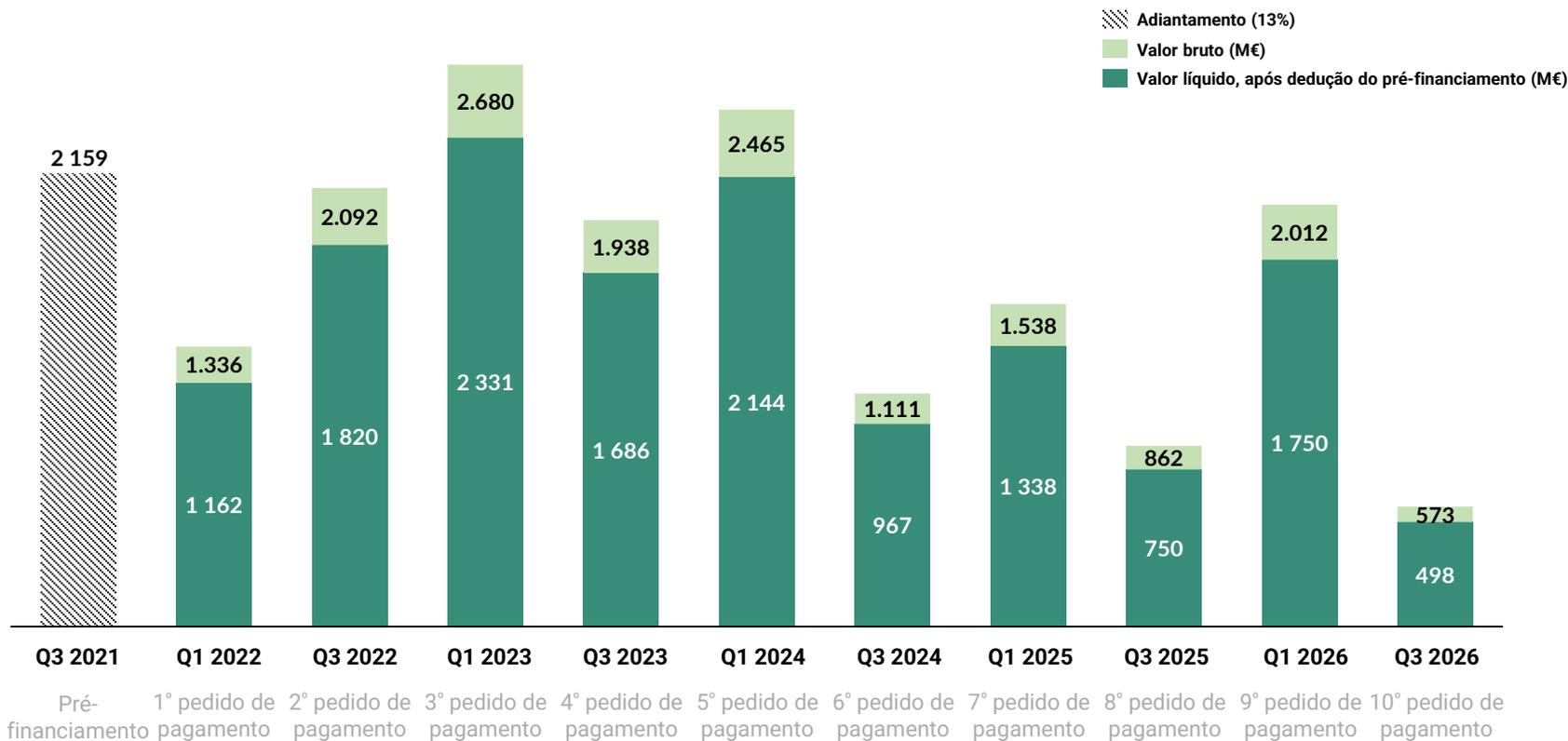
Marcos e Metas (341)

Reformas	12	1	4	0	8	7	0	3	0	1	0	2	0	1	1	1	8	4	3	1
Investimentos	27	27	22	8	24	11	15	16	13	9	3	4	10	13	13	14	12	5	21	17

Horizonte temporal do PRR

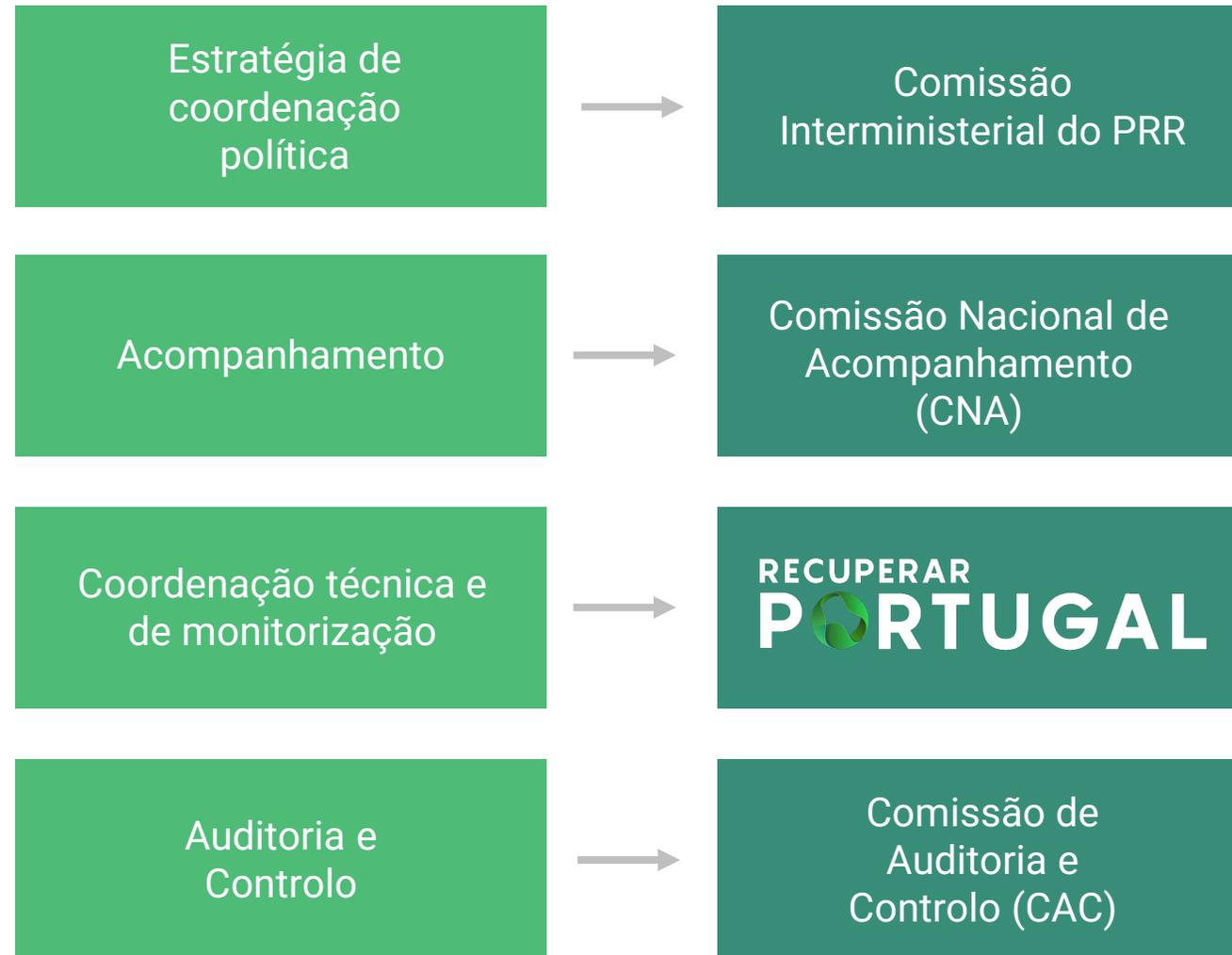


Pedidos de pagamento (2022-2026)



Fontes: Acordo Operacional entre Portugal e a Comissão Europeia; calendário para pedidos de pagamento é indicativo

Modelo de Governo



| Agenda



1. Visão Geral
- 2. Auditoria e Controlo**
3. PRR Implementação - Ponto de Situação
4. 1º Pedido de pagamento

Auditoria e Controlo – Ponto de situação



1. Código de Ética.
2. Declaração de Política Antifraude.
3. Manual de Procedimentos.
4. Manual de Gestão do Risco.
5. Plano de Gestão de Riscos.
6. Protocolo celebrado entre a Recuperar Portugal e Ordem dos Contabilistas Certificados – verificações de gestão.
7. Endereço electrónico para receção de denúncias.
8. Descrição do Sistema de Gestão de Controlo Interno
9. Protocolo celebrado entre a Recuperar Portugal e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – verificações de gestão.
10. Estabelecimento de um mecanismo de auditoria e controlo para minimizar os riscos relacionados à implementação do PRR - em andamento, com o apoio da DG Reform (COM).
11. Elaboração do plano de ação de controlo e ações de acompanhamento - áreas de risco: sistemas de gestão e controlo dos beneficiários; conflitos de interesse, duplo financiamento e contratos públicos.
12. Fornecimento de dados à Comissão para início da utilização da ferramenta Arachne.

Preparação de Pedidos de pagamento

Opinião emitida pela Comissão de Auditoria e Controlo

Preparação e instrução do 1º Pedido de pagamento
à Comissão Europeia



Pedido de pagamento à Comissão Europeia



Resumo das auditorias



Declaração de Gestão - subvenções
Declaração de Gestão - empréstimos

(ambos assinados pelo Presidente da Estrutura de Missão
«Recuperar Portugal»)

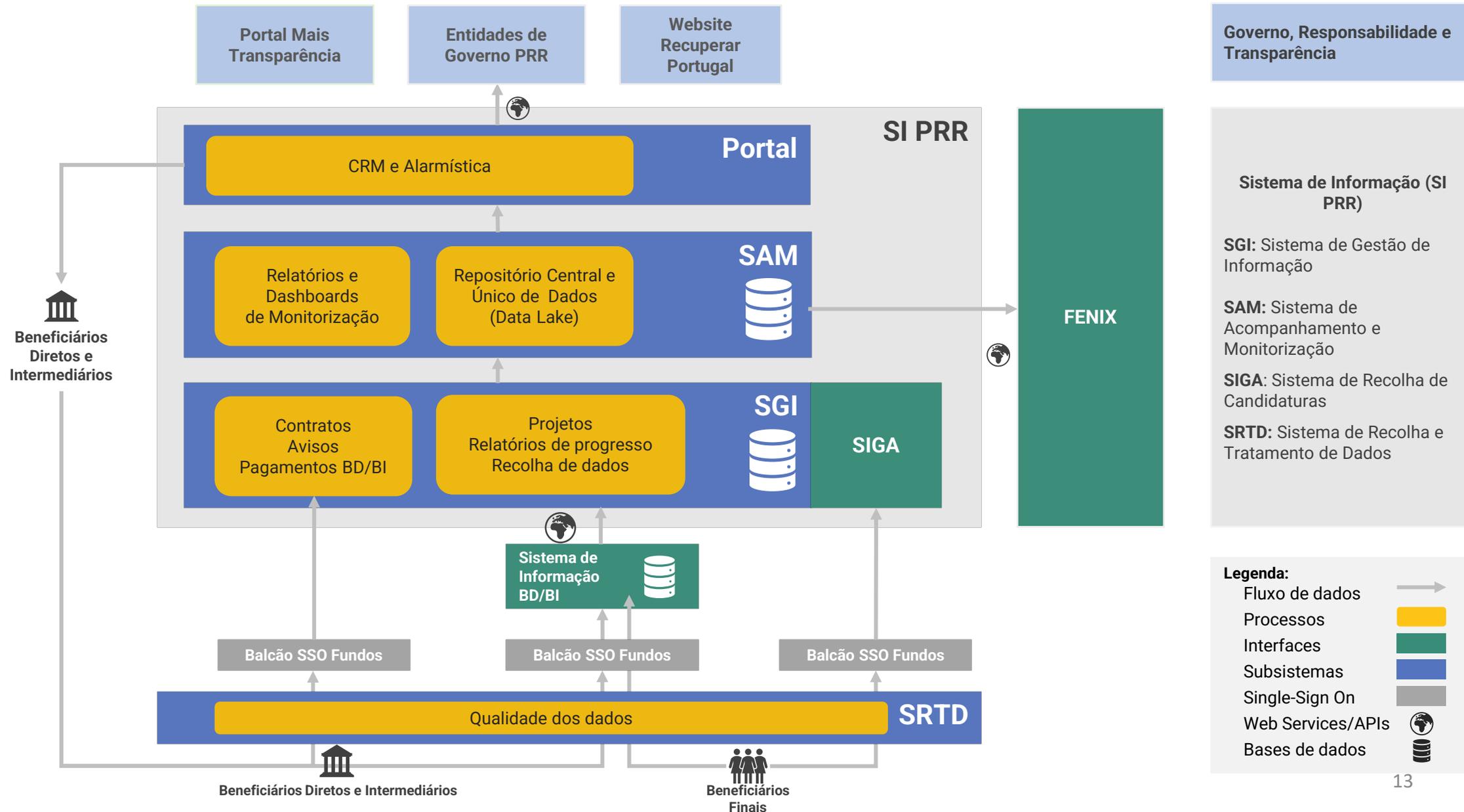


| Agenda



1. Visão Geral
2. Auditoria e Controlo
- 3. PRR Implementação - Ponto de Situação**
4. 1º Pedido de pagamento

Arquitectura do Sistema de Informação



Processo e Agentes de Implementação

BENEFICIÁRIOS DIRETOS

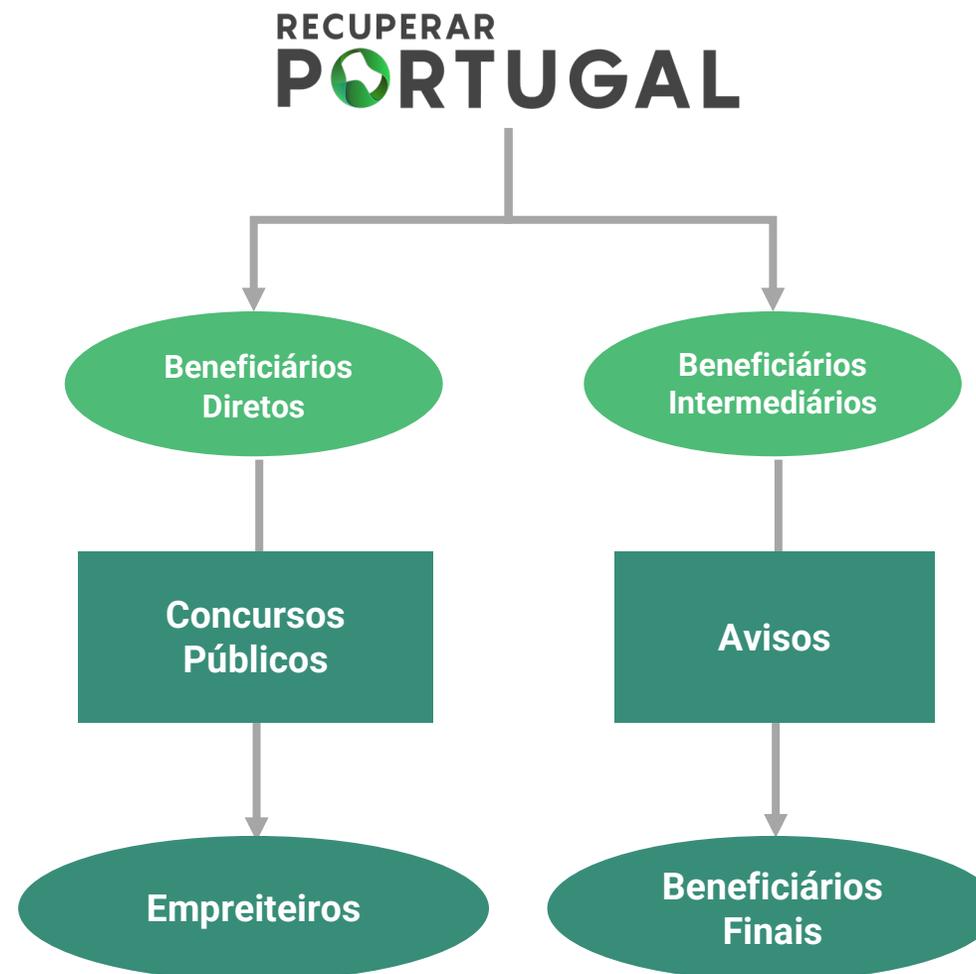
41 Entidades Públicas responsáveis pela implementação das reformas e investimentos do PRR, incluindo a sua execução física e financeira. Para esse fim, recebem financiamento da Recuperar Portugal.

BENEFICIÁRIOS INTERMEDIÁRIOS

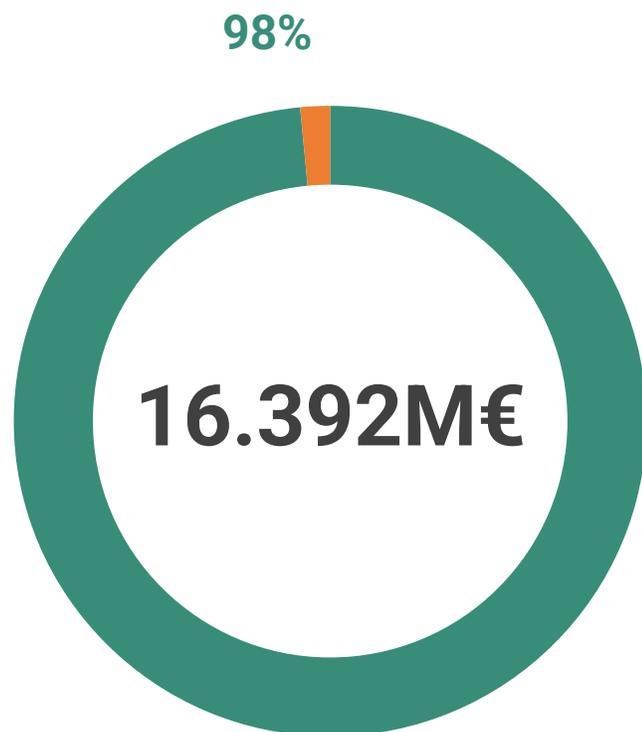
35 Entidades Públicas responsáveis pela implementação das reformas e investimentos do PRR, através da seleção de entidades terceiras para a sua execução, os Beneficiários Finais.

BENEFICIÁRIOS FINAIS

Entidades Públicas ou Privadas responsáveis pela execução física e financeira de um projeto PRR, selecionadas por um Beneficiário Intermédio. Para esse fim, recebem financiamento do respetivo Beneficiário Intermédio.



Implementação do Investimento PRR



Dotação Total:
16.644 M€

98%

da dotação do PRR contratada com 68 entidades públicas (de 69) responsáveis por implementar 133 subinvestimentos (de 135)

43%

da dotação do PRR disponibilizada em 112 Avisos lançados por Beneficiários Intermédios, totalizando 7.108M€

3%

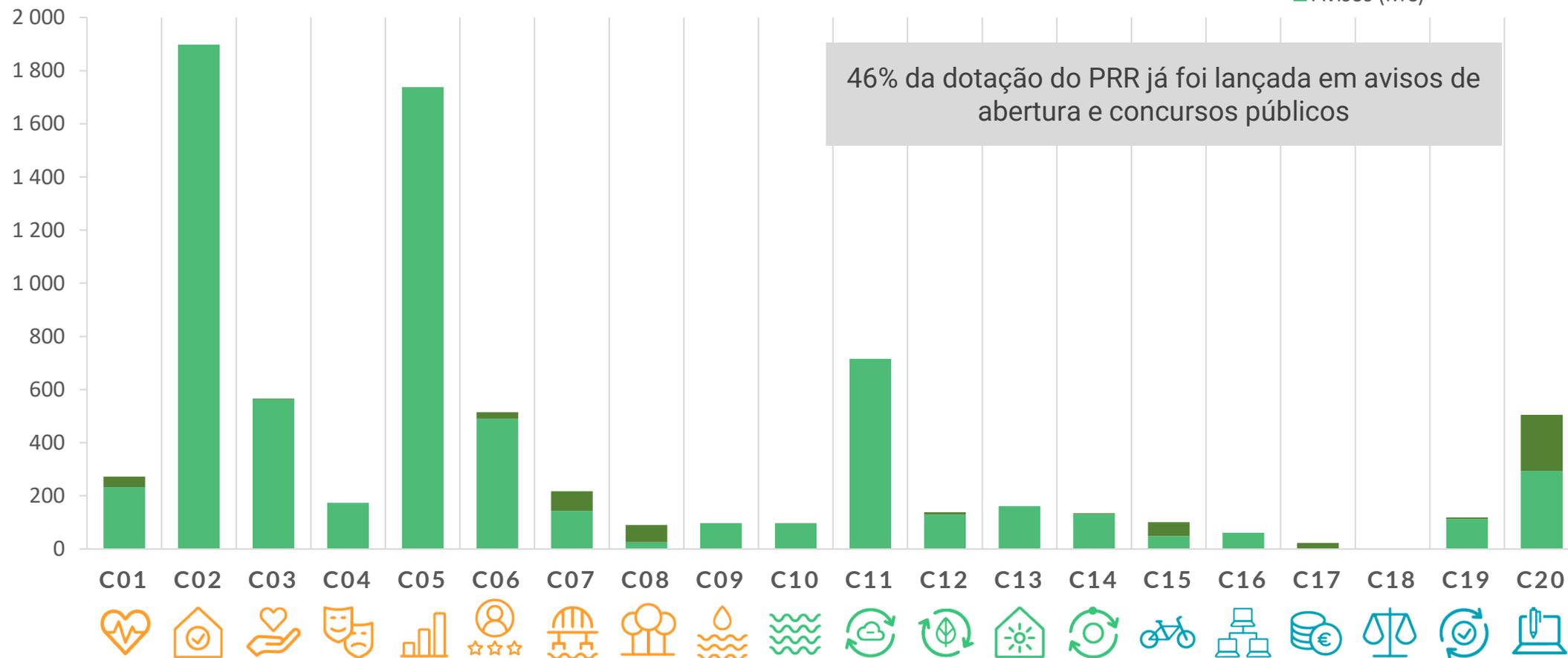
da dotação do PRR disponibilizada em 135 Concursos Públicos lançados por Beneficiários Diretos, totalizando 512M€

25%

da dotação do PRR aprovada a Beneficiários Diretos (3.629M€) e Beneficiários Finais (610M€), totalizando 4.240M€

Avisos e concursos lançados, por Componente

■ Concursos Públicos (M€)
■ Avisos (M€)



	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12	C13	C14	C15	C16	C17	C18	C19	C20
# Avisos	8	7	9	6	19	9	8	6	3	9	2	3	4	2	1	3	0	0	11	2
# Concursos Públicos	37	0	1	0	2	21	14	7	0	1	0	1	0	1	3	0	27	1	15	4

Comunicação Online



<http://recuperarportugal.gov.pt>

RECUPERAR PORTUGAL

PRR RESILIÊNCIA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA TRANSIÇÃO DIGITAL CANDIDATURAS

Candidaturas

Componente

Escolha a Componente do PRR

Beneficiário

Famílias Instituições da Economia Solidária e Social Empresas

Instituições do Sistema Científico e Tecnológico Instituições de Ensino Superior Escolas

Autarquias e Áreas Metropolitanas Entidades Públicas Empresas Públicas

Selecionar Todos

Avisos de Abertura de Concurso

Abertos Fechados Selecionar Todos

Pesquisar Avisos

Informação também disponível no Portal Mais Transparência, juntamente com informação de outros Fundos UE



- Todos os Avisos e Concursos Públicos, presentes e passados
- Notificações de Email automáticas de novos Avisos/Concursos
- Calendário de Avisos futuros
- Newsletter quinzenal
- Página de notícias

| Agenda



1. Visão Geral
2. Auditoria e Controlo
3. PRR Implementação - Ponto de Situação
4. **1º Pedido de pagamento**

1º Pedido de pagamento – 1T 2022

38 marcos e metas

21

marcos e metas
relacionados com
reformas

35

marcos e metas
relacionados com
subvenções

17

marcos e metas
relacionados com
investimentos

3

marcos e metas
relacionados com
empréstimos

1.336 M€*
1º Pedido de pagamento

Todos os pedidos de pagamento serão deduzidos de 13% referentes ao adiantamento já recebido. O montante líquido a ser desembolsado pela Comissão no 1º pedido de pagamento será de 1.162 M€: 553 M€ de subvenções e 609 M€ de empréstimos.

Marcos e Metas - Reformas

C01.
Serviço Nacional de Saúde 

- Reforma da Saúde Mental (1.4)

C02.
Habitação 

- Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (2.19)

C03.
Respostas Sociais 

- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (3.20)
- Estratégia Nacional para Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (3.21)
- Reforma de Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais (3.22)
- Planos de Ação das Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (3.23)

C05.
Capitalização e Inovação Empresarial 

- Estratégia de inovação tecnológica e empresarial Portugal 2030 (5.1.)
- Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos (5.2)
- Novo Regime Jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação (5.3)
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (5.4)
- Regulamento que estabelece a actividade e estatutos do Banco Português de Fomento (BPF) (5.23)

C06.
Qualificações e Competências 

- Concursos especiais de admissão ao Ensino Superior (6.13)
- Novo Quadro Legal para Cooperação entre Instituições de Ensino Superior e a Administração Pública e Empresas (6.14)

C08.
Florestas 

- Arrendamento Forçado de Prédios Rústicos em Areas Florestais (8.17)
- Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR) (8.18)

C10.
Mar 

- Reforço da Capacidade de Financiamento à Economia do Mar e Inovação através do Fundo Azul (10.1)

C12.
Bioeconomia Sustentável 

- Regime Geral de Gestão de Resíduos (12.5)

C14.
Hidrogénio e Renováveis 

- Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e de Distribuição de Gás (14.1)

C17.
Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas 

- Novo Modelo de Contrato de Gestão com Sistema de Incentivos e Penalizações à Gestão das Empresas Públicas (17.6)

C19.
Administração Pública Mais Eficiente 

- Quadro jurídico para a Transformação Digital da Administração Pública (19.22)
- Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P. (19.24)

Marcos e Metas - Investimentos

C01. Serviço Nacional de Saúde



- Sistema de classificação, do perfil funcional e do sistema de referência dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira (1.29)

C02. Habitação



- 24 novas construções e 40 renovações no Parque Habitacional Social dos Açores (2.13, 2.14)

C03. Respostas Sociais



- Concurso para plataforma de informação digital para pessoas com deficiência (3.17)

C05. Capitalização e Inovação Empresaria



- Avisos para Projetos de Investigação e Inovação direcionados para a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (5.11)
- Criação e definição de Política de Investimento do Instrumento de Recapitalização das Empresas dos Açores (5.15, 5.16)
- Criação do Fundo de Capitalização e definição de Política de Investimento do Banco Português de Fomento (5.27, 5.28)

C07. Infraestruturas



- Áreas de Acolhimento Empresarial para melhorar sustentabilidade ambiental e digitalização (7.4)
- Contratos para 3 projetos rodoviários (1 no Continente e 2 nos Açores) (7.6, 7.13)

C11. Descarbonização da Indústria



- Concurso para Projetos de Descarbonização Industrial (11.1)

C12. Bioeconomia Sustentável



- Protocolo 2021 do Programa “Resineiros Vigilantes” (12.1)

C14. Hidrogénio e Renováveis



- Concurso para Projetos de Produção de Gases Renováveis (14.2)

C16. Empresas 4.0



- Seleção de 16 Digital Innovation Hubs (DIH) (16.13)

C20. Escola Digital



- Contratos para a aquisição de 600.000 computadores individuais para alunos e professores (20.2)



Anexos

M&M 1º Pedido de pagamento - Componentes 1-5

#	Medida	Nome
1.4	RE-C01-r02	Entrada em vigor do novo Decreto-Lei de Saúde Mental, que estabelecerá os princípios para a organização dos cuidados de saúde mental
1.29	RE-C01-i05-RAM	Implantação do sistema de classificação, do perfil funcional e do sistema de referenciação dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira
2.13	RE-C02-i04-RAA	Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores
2.14	RE-C02-i04-RAA	Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores – renovação
2.19	RE-C02-r04	Entrada em vigor do decreto-lei que aprova o quadro jurídico para o Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
3.17	RE-C03-i05	Publicação do concurso para a construção de infraestruturas digitais no âmbito das Acessibilidades 360°
3.20	RE-C03-r08	Adoção da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
3.21	RE-C03-r06	Adoção da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025
3.22	RE-C03-r05	Entrada em vigor do regime simplificado de instalação de equipamentos sociais
3.23	RE-C03-r07	Aprovação de planos de ação para comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto
5.1	RE-C05-r09	Atualização das linhas orientadoras da estratégia para a inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2030
5.2	RE-C05-r11	Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos
5.3	RE-C05-r11	Entrada em vigor do novo regime jurídico aplicável aos centros de tecnologia e inovação
5.4	RE-C05-r12	Aprovação da Agenda de Inovação para a Agricultura
5.11	RE-C05-i03	Processo de concurso para projetos de investigação e inovação
5.15	RE-C05-i04-RAA	Adoção de um ato legislativo relativo ao Instrumento de Recapitalização das Empresas dos Açores
5.16	RE-C05-i04-RAA	Adoção da política de investimento do Instrumento de Recapitalização das Empresas dos Açores
5.23	RE-C05-r10	Entrada em vigor do ato legislativo que regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento (BPF) e aprova os respetivos Estatutos
5.27	RE-C05-i06	Entrada em vigor de um decreto-lei que regulamenta a medida de capitalização do BPF
5.28	RE-C05-i06	Desenvolvimento da política de investimento (capitalização) e adoção da mesma pela entidade gestora do veículo

M&M 1º Pedido de pagamento - Componentes 6-20

#	Medida	Nome
6.13	RE-C06-r15	Entrada em vigor da lei que cria concursos especiais de admissão ao ensino superior
6.14	RE-C06-r15	Entrada em vigor do novo quadro legal que rege a cooperação das instituições de ensino superior com a administração pública e as empresas
7.4	RE-C07-i01	Seleção de Áreas de Acolhimento Empresarial para intervenções destinadas a melhorar a sustentabilidade ambiental e digitalização
7.6	RE-C07-i02	Contrato assinado para 1 projeto rodoviário
7.13	RE-C07-i05-RAA	Contrato assinado para 2 projetos rodoviários
8.17	RE-C08-r19	Quadro jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos em áreas florestais
8.19	RE-C08-r21	Lei relativa à criação do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR)
10.1	TC-C10-r23	Entrada em vigor dos diplomas revistos do Ministério do Mar relacionados com o reforço da capacidade de financiamento à economia do mar e inovação através do Fundo Azul
11.1	TC-C11-i01	Primeiro concurso para projetos de descarbonização industrial
12.1	TC-C12-i01	Assinatura do protocolo para 2021 do Programa "Resineiros Vigilantes"
12.5	TC-C12-r25	Entrada em vigor do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos
14.1	TC-C14-r29	Entrada em vigor do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás
14.2	TC-C14-i01	Primeiro concurso para projetos de produção de gases renováveis
16.13	TD-C16-i03	Digital Innovation Hubs (DIH)
17.6	TD-C17-r32	Entrada em vigor do novo modelo de contrato de gestão ao abrigo do novo sistema de incentivos/penalizações à gestão das empresas públicas
19.22	TD-C19-r34	Entrada em vigor do quadro jurídico para a transformação digital da administração pública
19.24	TD-C19-r36	Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P.
20.2	TD-C20-i01	Assinatura de contratos para a aquisição de computadores individuais para alunos e professores